

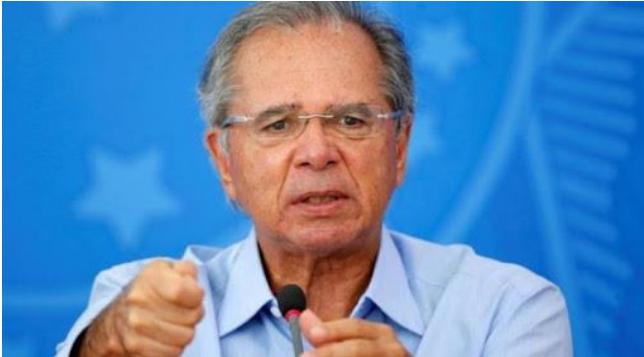


Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

25ª Edição – Brasília, 10/9/2020

De olho na inflação | A busca pela contenção da alta do preço dos alimentos



Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e ministro da Economia, Paulo Guedes

A semana encurtada, por ocasião do feriado da Independência do Brasil, teve como principal tema da agenda política a alta dos preços dos alimentos da cesta básica, como arroz, tomate, óleo de soja, leite e carnes. Pressionado pelo setor atacadista, que divulgou [nota oficial](#) demonstrando preocupação com o risco de desabastecimento de produtos nas prateleiras, o governo anunciou as primeiras medidas de contingência em relação ao aumento dos preços dos alimentos. No Congresso, os avanços na articulação dos parlamentares para derrubar o veto da desoneração da folha e a negociação em torno da alocação de recursos para a conectividade no campo, foram os principais temas de destaque.

Principais fatores para o aumento dos preços:

- 1) Aumento da demanda de produtos alimentares por ocasião da reabertura gradual da economia;
- 2) Injeção de recursos para a população advindos do Auxílio Emergencial (R\$ 213 bilhões até o momento);
- 3) Aumento do dólar e câmbio favorável às exportações brasileiras.

Plano de contingência. Dado o grande impacto do tema junto à opinião pública, o governo brasileiro garantiu à população não haver risco de desabastecimento, bem como [descartou a possibilidade de tabelamento de preços](#). Como primeira medida anunciada sobre a questão, a Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério da Economia, decidiu reduzir a zero a alíquota do imposto de importação de arroz até o final de 2020. Para garantir que o produto nacional não sofria perda de competitividade, a Camex limitou a importação a uma cota de 400 mil toneladas de arroz. Em declaração realizada no último mês, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, já havia alertado que o agravamento da situação de desequilíbrio fiscal poderia levar o Brasil à [volta da inflação e de juros altos na economia](#). Como medidas de contenção, Campos defendeu a manutenção do teto de gastos como âncora fiscal do país e a desvinculação do Orçamento da União para possibilitar a alocação de recursos públicos para investimentos.

Possíveis impactos ao cooperativismo. Com o objetivo de garantir segurança para o cooperativismo, o Sistema OCB está atento aos impactos do aumento dos preços dos alimentos para os seus diferentes ramos e cadeias produtivas. No caso do setor de lácteos, que é mais sensível às oscilações de preços, o tema foi discutido junto à Câmara Setorial de Leite do Ministério da Agricultura, que já se posicionou formalmente, perante os órgãos governamentais, [contra qualquer alteração de alíquota de importação do produto](#), em



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

25ª Edição – Brasília, 10/9/2020

virtude de parte significativa das compras externas já serem oriundas do Mercosul com tarifa zero (cerca de 90%), em acordo tarifa externa comum entre as partes. Para as demais cadeias, o tema ainda está sendo estudado internamente, podendo também haver necessidade de manifestação junto ao governo.

Veto da desoneração da folha. Como destacado no [último informativo](#), o passo atrás do governo em relação à Reforma Tributária, pode impactar diretamente na derrubada do veto da desoneração da folha. Isso porque, na última semana, após apresentar a proposta de Reforma Administrativa, o governo retirou a urgência do texto do PL 3.887/2020 (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS), além de suspender a apresentação das demais etapas da Reforma Tributária (IPI, IRPF/IRPJ, dentre outros). O Congresso, que aguardava o direcionamento do governo sobre uma proposta mais ampla sobre a diminuição de tributos sobre a folha de pagamentos, vê, agora, o [sinal aberto para avançar na derrubada do veto que trata da desoneração de 17 setores da economia](#), dentre eles, a cadeia produtiva de proteína animal. Neste contexto, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) esteve com o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros, e com o líder do governo no Senado, senador Eduardo Gomes, para avançar nas negociações em relação ao pleito, que tem previsão de impacto de R\$ 10 bilhões, caso a desoneração seja prorrogada até o final de 2021. Como contrapartida, o governo espera apoio da bancada em sua pauta de reformas.

Conectividade rural. Nos últimos meses, a OCB tem atuado junto a diversas entidades e órgãos governamentais com o intuito de promover a conectividade no campo, por meio do PL 172/2020, que permite que recursos represados do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) sejam investidos para levar internet ao campo. Em tramitação avançada no Senado, [é possível que o tema entre na pauta do plenário da Casa na próxima semana](#). Em mobilização junto à Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), a OCB entende que a conectividade trará um incremento fundamental para o desenvolvimento de um agro cada vez mais sustentável e competitivo. Junto a isso, a entidade trabalha para a aprovação do PL 8.824/2017, que permite a prestação de serviços de internet por cooperativas, que tramita de forma conclusiva na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara. Caso um acordo seja efetivado no Senado Federal, é possível, inclusive, que os textos sejam acoplados dentre de um mesmo relatório, na forma do substitutivo do PL 2.388/2020, que também trata sobre o Fust. A matéria seria votada nesta semana no plenário do Senado, mas foi retirada de pauta por falta de acordo.

Números da semana

1.185

Proposições filtradas pela OCB durante a pandemia com impacto para o setor.

325

Normativos do governo sobre Covid-19 com impacto para o cooperativismo.

51,6%

Pleitos do cooperativismo atendidos pelo governo durante a pandemia.

[Para mais números e acesso a edições anteriores, clique aqui.](#)